
COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO TAC

1ª sessão da reunião:

26 de setembro de 2023, de 14h30 às 16h00

2ª sessão da reunião:

25 de outubro de 2023, de 14h30 às 17h15

Reunião virtual – Plataforma Zoom

32ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

A 32ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro foi realizada em duas sessões, a primeira no dia 26 de setembro de 2023 e a segunda no dia 25 de outubro de 2023. Assim, a ata será apresentada conforme as sessões se desenvolveram.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, **iniciou-se a 1ª sessão da 32ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) da Hydro**. Participaram da 1ª sessão da reunião os seguintes membros do Comitê: Igor Lima Goettenauer de Oliveira, titular e Eduardo Henrique Ferreira Gonçalves, suplente (Ministério Público Federal - MPF); José Edson Maciel, titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Alessandra Ribeiro, suplente (Norsk Hydro Brasil); Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Mendes Azevedo, titular (3ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil). **Justificaram a ausência:** Gracilene Barreto (3ª Representação da Sociedade Civil); Ivo Torres (8ª Representação da Sociedade Civil); Hamilton José Moreira Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Além destes participantes, estava presente a equipe do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), na função de **secretaria executiva** do Comitê: Edane França Acioli, Raphael Castro da Conceição, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa do Socorro da Silva. Os membros receberam o convite formal, via e-mail, expedido pela secretaria executiva, em 20 setembro de 2023, onde também constava data e pauta que fora confirmada à ocasião da 31ª reunião do CA, realizada no dia 25 de julho de 2023. Antes do início da reunião, Edane Acioli faz uma breve introdução com instruções acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Em seguida, foi declarada a abertura da 32ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Edane Acioli registra em **Informes Gerais** a presença do novo Procurador da República Igor Lima Goettenauer de Oliveira, que assumiu a titularidade do 6º Ofício do Ministério Público Federal (MPF) e a titularidade enquanto membro signatário no Comitê de Acompanhamento do TAC. O Procurador da República Igor de Oliveira toma a palavra, agradece a apresentação e afirma que está empenhado em se apropriar das discussões que já foram feitas pelo CA ao longo dos anos e que terá como uma das suas prioridades avançar com a execução do recurso das multas depositadas no Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema). Conclui reforçando o comprometimento com a construção de soluções e medidas alinhadas com os interesses das comunidades da área de abrangência do TAC e com a execução dos seus demais itens. Edane Acioli informa que a pauta principal da reunião que trata sobre **o plano de aplicação**

das multas pagas ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), de responsabilidade da Secretaria de Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), não poderá ser tratada em virtude da ausência da Semas, que protocolou um ofício, nesta data, ao MPF informando ao CA a sua indisponibilidade em participar da reunião por conta de uma agenda extraordinária no mesmo horário. Sugerindo, assim, que a reunião seja reagendada para o mês de outubro. Edane Acioli passa a palavra aos membros para manifestação. Jackeline Sales pede a palavra e lamenta que, apesar de todo o procedimento formal de comunicação feito pela secretaria executiva, a ausência de alguns órgãos importantes durante as reuniões, fazendo com que o fórum de diálogo que o CA representa se enfraqueça e passe, às lideranças de Barcarena, a sensação de baixa resolubilidade do processo como um todo. Elidiane Cardim pede a palavra e afirma que é necessário que haja maior celeridade da Semas no andamento do processo para que o recurso das multas pagas depositado no Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) seja utilizado. Igor Lima de Oliveira sugere que a reunião possa continuar com os temas ordinários e que seja continuada em momento posterior com a presença da Semas para o tratamento da pauta principal, ficando a 32ª reunião em dois momentos. Após a manifestação, os participantes **decidiram dar seguimento à 32ª reunião, ficando dividida em duas sessões, sendo a primeira nesta data em setembro e a segunda, com a presença da Semas, em outubro.** Após a deliberação, passa-se para o primeiro ponto de pauta. **1) Temas ordinários: 1.1) Aprovação da ATA da 31ª Reunião (25/07/2023).** Edane Acioli informa que, a secretaria executiva recebeu um pedido de revisão da ata, o qual se trata de melhoria de redação e substituição de termos técnicos, não havendo alteração na estrutura do texto. Jackeline Sales pede que o prazo para avaliação seja estendido. Edane Acioli sugere que o prazo seja estendido por uma semana, até o dia 03/10/2023. **Os presentes concordaram e o prazo para o recebimento de revisões da ata da 31ª reunião do CA, por e-mail, foi estendido até o dia 03/10/2023. Após o período solicitado, caso não haja manifestações dos membros, a ata será considerada aprovada.** Em seguida, iniciou-se o ponto **1.2) Leitura de encaminhamentos pendentes: a) Termos de Referência para contratação das auditorias independentes.** Fica registrado que Jackeline Sales solicitou informações sobre a situação atual do processo de contratação da empresa responsável por realizar os estudos epidemiológicos; **b) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no Fema.** Apesar da ausência da Semas, Jackeline Sales solicita o registro de pedido de informações acerca do trâmite da transferência do recurso do Fema para o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), visto que o FAO só recebe recursos privados, mas o Fema é um fundo público, o que impossibilitaria a execução do recurso via FAO, além da solicitação de que haja garantias formais para a sociedade civil da lisura e transparência do processo de transferência e que as contribuições feitas ao longo do debate sobre o item sejam consideradas durante o processo de execução do recurso das multas depositadas no Fema. Eduardo Gonçalves explica que o secretário de meio ambiente e sustentabilidade, José Mauro Lima O'de Almeida, dentro da autonomia institucional, pode decidir executar o recurso do FEMA como perceber mais viável, desde que seja garantido o acesso igualitário para as comunidades que são as beneficiárias do recurso depositado no Fema. Eduardo relembra da participação do secretário durante a 31ª reunião do CA, em que ele justificou a execução

do recurso via FAO por ser um fundo que possui uma estrutura de gestão, através do seu comitê gestor, que facilitaria a sua supervisão direta e afirma que não há uma medida no TAC que defina como a Semas deverá executar o recurso disponível no FEMA, **existindo, em seu item 6.3, o direcionamento de onde o recurso deverá ser aplicado, que são nas comunidades na área de abrangência do TAC, e em ações de fiscalização no Distrito Industrial de Barcarena.** Eduardo conclui que, apenas em caso de descumprimento do que está acordado no TAC, sem justificativa viável, o MPF poderá usar meios legais para exigir que a Semas execute o recurso, uma vez que a Semas assinou o TAC. Edane Acioli perguntou se os membros gostariam de sugerir a pauta para a 33ª reunião do Comitê a ser realizada no final de novembro. Os membros solicitaram que a escolha da pauta para a próxima reunião do CA fosse tratada por e-mail, por conta da ausência da maioria dos membros no momento. Ficando encaminhado que a secretaria executiva iria fazer a enquete aos membros posteriormente para fechamento da pauta da 33ª reunião do CA. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a 1ª sessão da 32ª reunião às 16h00. Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, **iniciou-se a 2ª sessão da 32ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) da Hydro.** Participaram da 2ª sessão da reunião os seguintes membros do Comitê: Igor Lima Goettenauer de Oliveira, titular e Eduardo Henrique Ferreira Gonçalves, suplente (Ministério Público Federal - MPF); José Edson Maciel, titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Alessandra Ribeiro, suplente (Norsk Hydro Brasil); Marcelo Moreno, suplente (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Semas); Marcos Lobato, suplente (Sindicato dos Químicos de Barcarena); Mário Assunção do Espírito Santo, titular (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Vera Lúcia Brito Nascimento, suplente (1ª Representação da Sociedade Civil – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Sales, titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Mendes Azevedo, titular (3ª Representação da Sociedade Civil); Fabiano Azevedo, suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, titular (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, titular (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, titular e James Pompeu, suplente (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto, titular (8ª Representação da Sociedade Civil); Maria das Graças Figueira Pereira, titular, e Hamilton José Moreira Caminha, suplente (9ª Representação da Sociedade Civil); Ereny Anjos, suplente (10ª Representação da Sociedade Civil). Também estiveram presentes como convidados da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas): Táttila Brito Pamplona (Procuradora do Estado do Pará); Andréia Mello (Gerente de projetos do Funbio) e Fabrício Drago Júnior (Assessor gabinete Semas). **Justificaram a ausência:** Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil) e Vagner Carvalho Ferreira, titular da 10ª Representação da Sociedade Civil. Além destes participantes, estava presente a equipe da secretaria executiva do Comitê: Edane França Acioli, Raphael Castro da Conceição, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa do Socorro da Silva. Após a breve introdução dos procedimentos da reunião virtual, Edane Acioli relembra que os membros e convidados receberam o convite formal, via e-mail, expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 18 outubro de 2023, onde constava data e pauta

pendente de tratamento da 1ª sessão da 32ª reunião do CA, realizada no dia 26 de setembro de 2023. Declarando-se aberta a **2ª sessão da 32ª reunião do CA**, adentra-se ao ponto de pauta da reunião: **2. Atualização de Itens do TAC 2.1) Atualização sobre o item 6.3 do TAC, que trata sobre o pagamento das multas depositadas no Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema).** Edane Acioli faz a abertura da pauta lendo um encaminhamento pendente do tema, registrado durante a 30ª reunião do CA, ocorrida em 30/05/2023, que faz referência à criação de um instrumental jurídico que subsidie a transferência do recurso referente aos itens “6.1” e “6.2” do TAC, depositados no Fundo Estadual do Meio Ambiente para o Fundo da Amazônia Oriental, sob a responsabilidade da Semas. Em seguida, o Procurador da República Igor de Oliveira toma a palavra e reforça o compromisso do MPF em sua atuação na mediação e diálogo de todas as partes envolvidas no TAC, trabalhando para que as ações descritas no TAC sejam realizadas, e nesse ponto, **afirma que é uma das prioridades do MPF que os valores que estão depositados no Fema sejam executados em favor das comunidades previstas na área de abrangência do TAC**, com participação ativa dessas comunidades. Igor de Oliveira diz que, para o Ministério Público, a destinação dos recursos da forma como tem sido desenhada, pode trazer um ganho de eficiência e de qualidade na execução desses recursos, estando o MPF acompanhando de perto a questão da transparência e da lisura de todo o processo, que deverá ter o protagonismo e atuação direta das comunidades que serão contempladas. **Marcelo Moreno** pede a palavra e diz que o Comitê de Gestão do Plano de Aplicação dos recursos do Fema organizou em um documento as propostas recebidas para o plano de aplicação e que deverá ser o norteador para o uso dos recursos, quando o edital de chamamento dos projetos for elaborado. Uma minuta do documento circulou em dois momentos distintos com os membros deste comitê gestor do plano, sendo o primeiro no final do ano de 2022 e uma versão atualizada, em junho do presente ano, acumulando propostas que foram recebidas propostas em 2023 também. Marcelo afirma que, durante todo o tempo de construção deste documento, o comitê gestor consolidou eixos de ação, agrupando as ideias e sugestões que vieram do CA, que foram encaminhadas à Semas e dos debates dentro da equipe do comitê gestor. Marcelo Moreno conclui dizendo que o grupo ainda recebe propostas que venham das comunidades, que são elaboradas pelas próprias comunidades, pois os eixos ainda seguem em processo de discussão e novas propostas podem ser enviadas no intuito de contribuir com a sua construção. Andréia Mello pede a palavra e faz considerações à temática a partir de dois pontos: Reforça que, o que está sendo tratado pelo setor jurídico da Semas e os signatários, é a disponibilização do recurso que está depositado no Fema para uma execução privada, através do FAO, por meio da elaboração de um instrumento jurídico que deverá estar consonante com todas as partes do CA do TAC para que ele seja assinado, dando início à execução do recurso. O segundo ponto, que é um passo posterior, é a compilação dos entendimentos que foram elaborados até o presente momento, com análise e alinhamento das metodologias que garantam que o recurso chegue da forma mais objetiva e viável possível até às comunidades da área de abrangência do TAC, concluindo que, o Funbio tem se colocado à disposição e contribuído para o avanço desses pontos. Mário Santos pede a palavra e solicita que esse processo de criação do instrumento jurídico, que garante a transferência para o FAO, seja concluído e pede à Semas que seja mais rápida

para atender à essa demanda, **solicita que se defina um cronograma de trabalho** que envolva tanto o período de transferência do recurso para o FAO, quanto o de elaboração do edital de projetos para as comunidades. Mário conclui afirmando que Andreia Mello apontou, durante a reunião realizada de forma presencial, em Barcarena, ser viável a participação da sociedade na construção do plano de trabalho, e que é do interesse da sociedade civil construir este plano de trabalho junto ao Funbio. Tátilla Pamplona pede a palavra e afirma que todo trabalho elaborado pelo comitê gestor do plano de aplicação, durante o período de dois anos, não será desconsiderado com a transferência do recurso para o FAO, ele continuará sendo um norte para a elaboração do edital, pois a participação do Funbio objetiva auxiliar na elaboração dos projetos, mensuração de valores necessários à execução dos projetos, etc. Nesse sentido, haverá um menor tempo de espera na execução do recurso, devido à forma estruturada de gestão do FAO, de outra forma, seria necessário abrir um processo de licitação, o que é naturalmente mais demorado. Tátilla afirma que os interesses e prioridades já definidos pelas comunidades não serão alterados, havendo somente um alinhamento entre o Funbio e as comunidades, antes do início dos trabalhos e conclui dizendo que a Semas já teve um diálogo prévio com o MPF para que o instrumental jurídico circule com os membros do CA do TAC o mais breve possível, já existindo alguns mecanismos que foram praticados dentro do TAC, como um termo aditivo. Rozemiro Brito pede a palavra e registra a morosidade do processo, pede que se tomem medidas mais rápidas para o cumprimento do TAC e espera que o cronograma de trabalho seja apresentado. Jackeline Sales pede a palavra e diz que esperava que, durante a pauta da reunião fosse apresentada uma minuta do instrumento jurídico, pois ficou encaminhando desde a 30ª reunião do CA, visto que esse documento jurídico garantirá a lisura e a transparência do processo, pois o comitê gestor do FAO, mesmo que tenha representante da sociedade civil, este não é conhecido pela sociedade civil de Barcarena, não sendo clara a autonomia do fundo em relação à garantia de transparência em sua atuação, além disso, reforça Jackeline, que os eixos de atuação do FAO e do Funbio não parecem estar alinhados aos eixos sugeridos para os projetos comunitários, pois não fazem menção em contemplar de forma objetiva as áreas urbanas, por exemplo, parecendo mais alinhados a ações de recuperação florestal, e, existem comunidades em Barcarena com perfis diversos, como agricultores, quilombolas, ribeirinhos, pessoas da estrada e das ilhas, que não atuam com esse tipo de atividade dos eixos do FAO, sendo necessário garantir as especificidades dentro do manual de operação do FAO. Jackeline afirma que o comitê gestor do plano de aplicação, organizado pela Semas, nunca teve uma postura adequada em relação à devolutiva no andamento do seu trabalho ao CA do TAC, havendo um desalinhamento na comunicação entre este comitê gestor do Fema e o gabinete do secretário de meio ambiente e sustentabilidade, verificado quando o Secretário O'de Almeida que afirmou em reunião do CA, que não estava informado acerca da construção que estava sendo feita durante dois anos por este comitê gestor, e que não houve repasse sistemático de informações sobre seu avanço, havendo dificuldades para a entrega de atas das reuniões realizadas. Jackeline relembra de outras experiências que ocorreram na região, onde houve edital de chamamento de projetos comunitários somente após a realização de oficinas junto às comunidades para alinhamento sobre as demandas e reais necessidades das comunidades, sendo,

posteriormente, contempladas no escopo do edital, o que garantiu o protagonismo das comunidades e, nesse sentido, **sugere que seja criado um comitê de acompanhamento, que seja independente do comitê gestor do FAO e que atue no monitoramento da execução dos valores que serão transferidos para fundo, com um canal de denúncia eficaz, além de um instrumental jurídico que forneça as garantias já discutidas pelas comunidades ao longo do processo.** Andreia Mello solicita a palavra e pontua que o FAO é um fundo com pouco tempo de atuação e que ainda está sendo construído, nesse sentido, a atuação do seu Conselho Gestor é buscar gerir as atividades do Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) no intento de torná-las iniciativas, prioridades e atividades, gerindo as decisões que são estabelecidas com as metas desse plano, para isto, o FAO conta com a gerência do Funbio na execução dos seus recursos, que é uma instituição com 28 anos de atuação nessa área. Andréa Mello explica que o FAO atua com recursos variados e que, cada recurso possui uma forma de operacionalização diferente e suas próprias regras de execução, assim, se o recurso do TAC Hydro for transferido para o FAO, ele também terá uma forma diferente na sua operacionalização, **não havendo nenhum impedimento que ele tenha um comitê de acompanhamento, sendo esta medida prevista pelo comitê gestor do FAO,** que também prevê a sua própria ampliação para que este, em breve, possua mais membros da sociedade civil. Andréa Mello conclui afirmando que a intenção do Funbio é organizar oficinas juntos às comunidades e ter sempre um olhar junto às comunidades na construção do edital. Andreia Mello anuncia que precisará se ausentar da reunião em virtude de outra agenda e se coloca à disposição para todo e qualquer diálogo necessário. Marcelo Moreno pede a palavra e afirma que o comitê gestor do plano de aplicação é um grupo que recebe propostas das comunidades previstas na área de abrangência do TAC, porém, não fazem a avaliação da pertinência de cada proposta, atuando apenas na discussão e organização de um texto que compõe o Plano de Aplicação do recurso das multas depositadas no Fema. Marcelo Moreno afirma que, durante o período de trabalho, zelou-se pela comunicação do que estava sendo construído junto aos três principais grupos de trabalho: O Comitê de Acompanhamento do TAC Hydro; o Comitê Gestor do Plano de Aplicação e o Comitê Técnico dos Termos de Referência do TAC Hydro, sendo todo o trabalho periodicamente reportado ao gabinete do secretário de meio ambiente e sustentabilidade, através dos seus assessores, sendo o senhor Fabrício Drago, o assessor que, atualmente, recebe as comunicações de Marcelo Moreno, houve uma falha na comunicação que já foi alinhada em reuniões internas da Semas, que reforça o vínculo de compromisso com o trabalho desenvolvido pelo CA do TAC. Marcelo Moreno conclui afirmando que a Semas está à disposição do MPF e que o novo Procurador da República, Igor de Oliveira, pode considerar a Semas uma parceira na condução e execução das ações do TAC Hydro. Marcos Lobato pede a palavra e fala sobre um projeto de filtragem de água elaborado na comunidade São José, em Barcarena, e que utiliza diversos minerais para filtrar a água, que após o processo de filtragem, a água se torna própria para o consumo. Marcos afirma que existem muitos projetos com potencial em Barcarena e que espera que o processo para o lançamento do edital para os projetos comunitários avance, pois, tecnologias como esta poderão contribuir na qualidade de vida das comunidades do município, e em seus diferentes meios de subsistência, nesse sentido, avalia que é importante que o conselho

gestor do FAO possua membros da sociedade civil de Barcarena, que, a partir do seu conhecimento sobre o município poderão contribuir de forma apropriada nos critérios de elegibilidade dos projetos a serem apresentados pelas comunidades, durante o edital de chamando de projetos comunitários. Fabiano Azevedo solicita a palavra e diz que é necessário dar celeridade ao processo de elaboração do edital a partir do resgate de toda a memória das discussões feitas ao longo dos anos de trabalho do comitê gestor do plano de aplicação e, abrindo para contribuições das comunidades de Barcarena, dessa forma, será possível encontrar instrumentos sociais que garantam a participação ativa da sociedade civil, destacando que é extremamente importante que a SEMAS, junto com o FAO, entendam que é uma necessidade que representantes de Barcarena estejam junto no fechamento do Plano de Aplicação e edital e, posteriormente, na aprovação dos projetos comunitários, sendo necessário garantir a participação do CA do TAC e que, o instrumento jurídico forneça segurança de que o recurso que está depositado no Fema seja aplicado na área de abrangência definida no TAC. Fabiano Azevedo afirma que é importante que o Procurador da República, Igor de Oliveira, se reúna, presencialmente, com os membros da sociedade civil do CA do TAC, para que eles possam ser ouvidos em suas considerações acerca do avanço das ações e pautas prioritárias na execução do TAC e conclui **perguntando, à Igor de Oliveira, se é possível a realização de uma reunião presencial entre os membros da sociedade civil do CA e o MPF, em Barcarena.** Elidiane Cardim solicita a palavra e diz que espera que o instrumental jurídico avance para que o Funbio possa dialogar com as comunidades na construção do edital dos projetos comunitários, respeitando as propostas presentes no Plano de Aplicação. Elidiane Cardim diz que, durante uma reunião que contou com a presença do secretário de meio ambiente e sustentabilidade, organizada no município de Belém, na Semas, ele garantiu que vai ser considerado, durante a elaboração do edital dos projetos comunitários, tudo o que foi construído durante os debates feitos pelo Comitê Gestor do Plano de Aplicação, além das propostas feitas pelas comunidades, que ainda estão sendo recebidas pelo grupo. Edane relembra que, em nenhum momento o comitê gestor do plano de aplicação recebeu projetos, e sim propostas e ideias de projetos, pois já houve confusão com relação aos termos em outras ocasiões. Reforça que os projetos serão apresentados após a publicação de um edital e serão completos, com quadro de atividades, cronograma e orçamento. Marcelo Moreno confirma que, até o momento, o comitê gestor somente recebeu ideias de projetos e que organizou em linhas de ação, em eixos temáticos. Jackeline Sales toma a palavra e expressa a confusão de termos gera insegurança para ela no repasse de informações às comunidades, pois se fala de apresentação de propostas, depois de projetos, depois se fala em eixos ou linhas temáticas, e não fica claro do que realmente está sendo elaborado ou em que fase estamos na elaboração do plano de aplicação. Relembra da denúncia que houve acerca de um grupo de pessoas que estão indo em comunidades, dizendo para fazerem inscrições de projeto e que seriam de R\$ 300 mil cada, afirma que, teme que esse grupo retorne com essa proposta e volte a confundir as comunidades. Por fim, conclui que é necessário se estabelecer prazos com cronograma de ação, assim, a população se sentiria mais segura no processo como um todo. Mário Santos pergunta aos representantes da Semas se é possível saírem da reunião com um cronograma de trabalho, por exemplo, até novembro para se ter uma minuta do instrumento jurídico de

transferência do recurso do Fema para o FAO e, até dezembro, ter um plano de ação que indique um cronograma para os próximos dois anos, de acordo com o trabalho a ser feito pelo Funbio junto às comunidades que apresentarão os projetos. Mário conclui dizendo que há outros parceiros que podem ajudar na elaboração desse instrumento jurídico, como o próprio Comitê de Acompanhamento do TAC, que tem os Ministérios Públicos como membros, da mesma forma, as comunidades possuem assessoria jurídica, cita que tem o apoio da Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará), que é uma representação estadual e a CONAC (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos) que é a representação nacional dos quilombolas, afirmando que essas competências podem se juntar para resolver em conjunto a situação e avançar. Tátilla Brito responde às manifestações dizendo que a Semas está alinhada em relação ao repasse dos valores do Fema para o FAO, e na construção do instrumento jurídico. Informa que no dia seguinte, o secretário O'de Almeida solicitou uma agenda com o Procurador da República Igor de Oliveira, para dialogar sobre os instrumentos necessários para a transferência. Diz que a **programação é compartilhar o instrumento jurídico com o MPF para avaliação até final de novembro** e que, é possível que seja necessário um aditivo ao TAC para reforçar essa transferência de recurso do Fema para o FAO. Explica que, a Semas também aguardava a nova titularidade do MPF e com chegada do senhor Igor de Oliveira, os tramites podem ser mais céleres, visto que, a Semas necessitava encaminhar uma ideia de documento que já esteve efetivamente alinhada com o MPF, visto que, a Semas não poderia fazer todo um alinhamento jurídico sem uma conversa com a entidade que é a interveniente principal no TAC, que zela pela legalidade, que é o MPF. Tátilla afirma que, a Semas trabalha com uma perspectiva de ter o documento finalizado até final de novembro, no entanto, a Semas não pode assegurar uma data para a transferência de fato do recurso do Fema para o FAO, pois envolve questões financeiras e outras organizações, como a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), mas que, do que depende da Semas, garante que atuarão com mais agilidade possível. Igor de Oliveira toma a palavra e começa a sua manifestação falando do interesse em realizar uma reunião presencial com as comunidades do TAC, mas, acredita que será necessário mais de uma para alinhamento das demandas e prioridades, informa que estará em Barcarena nos dias 08 e 09 de novembro e que poderá ser uma oportunidade para iniciar essas rodadas de diálogos, explica que no dia 09 irá acompanhar uma audiência pública em Barcarena e que no dia 08 pode organizar um período para essa agenda com a sociedade civil. **Fica encaminhado que a secretaria executiva irá organizar a mobilização e logística para essa reunião presencial em Barcarena entre o MPF e os membros da sociedade civil do CA.** Continuando, acrescenta que, sobre o instrumento jurídico que regerá a transferência dos recursos do Fema para o FAO, haverá necessidade de um aditivo ao TAC que contemple este arranjo e os signatários que devem assinar. Com relação ao tema levantando sobre os eixos de atuação do FAO e Funbio, Igor confirma que os dois possuem eixos de atuação, mas que, no desenvolvimento da transferência, haverá necessidade de adequar e de se acrescentar eixos que contemplem todas as particularidades das comunidades e da realidade da região, tanto rural como urbana, ribeirinha e das ilhas. Igor de Oliveira diz que compreende as preocupações dos membros com relação ao protagonismo das comunidades e à

transparência do processo e, afirma que concorda essas preocupações. Explica que a ideia é que o protagonismo na tomada de decisão sobre o plano de aplicação e os projetos, venha realmente das comunidades, reforça a informação de que tem uma reunião agendada com o secretário da Semas para alinhar essas questões. Acrescenta que, sobre o instrumento jurídico, há previsão de dialogar também com o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE) para alinhar procedimentos da transferência. Igor de Oliveira agradece a informação da Semas de que, até final de novembro, terão encaminhado ao MPF o documento jurídico para avaliação, reforça que, assim que chegar ao MPF, que tomará celeridade na avaliação do documento, no intuito de ter antes do final do ano essa etapa concluída. Reforça que, fez diálogo com o Funbio sobre os editais para eu sejam construídos em conjunto com as comunidades, garantindo o protagonismo local. Por fim, Igor renova seu compromisso com o coletivo do CA, com os signatários do TAC, com as comunidades afetadas, de que a prioridade do MPF, dentre das competências do gabinete ambiental, é avançar no andamento do TAC e pede, que seja renovada a confiança na atuação do MPF. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a 2ª sessão da 32ª reunião às 17h15. Registra-se nesta ata da 32ª reunião o **tema da pauta da próxima reunião ordinária do CA (28/11/2023)**, visto que a escolha da pauta foi tratada via e-mail pelos membros entre as sessões desta reunião, dessa forma, a pauta da próxima reunião ordinária será: **1) Atualização de Itens do TAC: 1.1) Apresentação da conclusão da auditoria do item 3.1 do TAC (Auditoria de segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos sólidos); 1.2) Atualização dos processos de seleção e contratação referentes aos estudos Socioeconômico e Etnográfico (2.1.1 A), Epidemiológicos (2.1.1 C) e Ambientais (2.1.1 BDEF); 2) Atualização do Item 2.1.4 do TAC (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável).** Ficando agendada para o dia 28 de novembro de 2023, às 14h30. O IEB, na condição de secretaria executiva, lavrou a presente ata.